

A NOVA ESCOLA PARA APRENDER A LER, ESCREVER E CONTAR
OS APONTAMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE UM MENINO NOBRE: LIVROS
PARA USO NO ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS
NAS ESCOLAS SETECENTISTAS

José Carlos de Araujo Silva - UEBA

Uma das principais dificuldades para o funcionamento das aulas régias estabelecidas no reino português após as reformas pombalinas da instrução pública (1759) foi à falta de compêndios e adaptações *ad usum*, para serem utilizadas no sistema recém-criado. Já o ensino de primeiras letras, relegado a um plano secundário, só mereceu preocupação oficial com a reforma dos estudos menores de 06 de novembro de 1772 que estabeleceu o subsídio literário e com as disposições do dia 10 de novembro do mesmo ano em que foram criadas 479 escolas de ler, escrever e contar, sendo 17 no Brasil. Essas aulas estavam desprovidas de meios que direcionassem o trabalho cotidiano dos seus professores, principalmente frente às novas diretrizes reformistas. Nesse contexto, a presente comunicação objetiva caracterizar os princípios metodológicos e a concepção de mestre em duas obras que apesar de terem sido escritas e publicadas muitas décadas antes da reforma dos estudos menores, foram indicadas e utilizadas nessas escolas “reformadas” até o século XIX: *A Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, escrita em 1722 pelo padre jesuítas nascido no Brasil, Manoel Andrade de Figueiredo que é considerada a primeira cartilha a ter sido escrita em Portugal. Nessa obra o autor pretendeu uniformizar metodologicamente o ensino de leitura, escrita e aritmética, além de conceber uma clara determinação da função dos pais, dos cuidados para a escolha dos mestres, dos horários para o funcionamento das aulas e para a adequação dos conteúdos à idade dos discípulos. Já os *Apontamentos para a educação de um menino nobre* (1734) de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, que foi governador interino da Capitania das Minas Gerais entre 1736 e 1737, apontava os aspectos que deveriam nortear a educação dos filhos em caso de ausência paterna: os cuidados com a educação desde os primeiros anos de vida, o adensamento dos conhecimentos médicos, enfim, a preocupação com aqueles que deveriam dar sucessão imediata não só à própria família, como também a “*res publica*”. Proença considerava que a educação ministrada aos filhos da nobreza pecava por uma série de fatores, a começar pelo ambiente familiar, onde primavam o luxo e o regalo, culpa de uma educação doméstica que oscilava entre o rigor desmedido e o descaso completo. Essas

obras que são o nosso objeto de estudo serão analisadas a partir do referencial teórico-metodológico da história social das idéias pela possibilidade de entendimento de como se efetivava o processo de circulação das idéias pedagógicas pelos vários segmentos sociais do vastíssimo império português setecentista.

LIVROS PARA AS PRIMEIRAS LETRAS NAS ESCOLAS SETECENTISTAS

A historiografia da educação brasileira costuma considerar o sistema de aulas régias, enquanto o símbolo da ruptura com o modelo educacional dos jesuítas e o advento de uma nova mentalidade em termos de educação e ensino, promovida pelas reformas pombalinas da instrução pública. Nesse tipo de concepção que sublima a noção de processo que norteia a história, o pensamento estrangeirado aparece como uma etapa desconexa e pouco relacionada com as efetivas mudanças instauradas no conjunto legal e na prática cotidiana educacional. Nesse sentido, apontamos que, se uma das grandes preocupações do reformismo ilustrado pombalino, foi controlar o acesso às leituras consideradas indignas e perigosas por achar que elas possibilitavam interpretações contrárias aos interesses reinóis. Por outro lado, houve a preocupação em fazer com que o conjunto legal que instaurou a reforma (o alvará régio de 28/06/1759; as Instruções para os Professores de Grammatica Latina, Grega, Hebraica, e de Rethorica, ordenadas e mandadas publicar, por El Rey Nosso Senhor; a Breve instrucçam para ensinar a Doutrina Christã, ler, escrever aos meninos, e ao mesmo tempo, os princípios da Língua Portugueza e sua Orthografia; Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o novo método e o Estatuto que hão de observar os mestres das escolas de meninos nesta capitania de S. Paulo, dentre outros) fosse imediatamente conhecido pelas autoridades e professores, mesmo nas mais distantes localidades coloniais. Mas, juntamente com esse conjunto legal, procurou-se distribuir obras pedagógicas e compêndios didáticos para utilização pelos professores régios, em detrimento dos livros condenados por se basearem nos princípios norteadores do extinto método.

Dentre esses livros, pretendemos nos limites de brevidade desse artigo, caracterizar dois que foram os mais citados e encontrados entre as poucas posses de alguns professores régios na capitania da Bahia nos anos finais do século XVIII. A *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar*, de autoria do padre jesuíta Manoel de Andrade de

Figueiredo (1722), e os *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, escrito em 1734, por Martinho de Mendonça de Pina e de Proença.

O ideário reformista-pedagógico do inaciano Manoel de Andrade de Figueiredo foi singular e inusitado. Nascido no Brasil em 1670, filho do Capitão-Mor do Espírito Santo, estudou Teologia na Universidade de Coimbra. Ordenado padre, Figueiredo notabilizou-se em Lisboa como pedagogo e um dos principais mestres de leitura, de escrita e de aritmética. Sua obra principal, a cartilha *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* foi indicada para uso nas aulas régias de primeiras letras do reino português, durante e após o período pombalino. Mesmo não sendo considerada uma obra de caráter reformista-ilustrado, o autor apresenta-a como a “Primeira Escólla de ler, escrever, que em Portugal se faz publica.” (FIGUEIREDO, 1722, p.v) e salienta que a sua principal intenção foi a de propor uma unidade metodológica para o ensino de leitura, escrita e aritmética nas escolas elementares, bem como uma uniformidade para o trabalho docente. Essa cartilha fundamentava a aquisição do conhecimento nos procedimentos de observação, dedicação, meticulosidade e no cumprimento das normas estabelecidas. Esses eram os pressupostos que formavam os pilares para atingir o objetivo de proporcionar que os vassallos do rei “saibaõ todos com perfeição escrever as relevantes virtudes e heroicas acções de V. Magestade” (FIGUEIREDO, 1722, p. vi). Por isso, ao dedicar sua cartilha ao Rei D. João V, afirmava que por meio dela pretendia fomentar os súditos no:

[...] amor da patria, pois vejo que todas as outras nações tem publicado livros, que ensinaõ a escrever com regras muito conformes á Arte; e naõ sendo inferior a nossa nação Portugueza, nesta parte tem faltado os seus mestres em darem ao prelo as suas doutrinas, ou seja por se escusarem ao trabalho, ou por se naõ exporem a censura. (FIGUEIREDO, 1722, p. vii).

Para esse, fim cabia aos mestres chamarem atenção “a dignidade do seu officio, com as obrigaçoens, e circunstancias que lhe incumbem para com perfeição o exercitarem.” (FIGUEIREDO, 1722, p. 1). Essa articulação entre a escolha e a qualidade do mestre demonstrava uma preocupação de ordem utilitária para com os destinos socioprofissionais e para com a *res publica*. Assim, Figueiredo defendia uma educação que pudesse tornar aptos os filhos dos segmentos privilegiados da sociedade portuguesa, para ocuparem a administração das casas e da burocracia. Por isso, para esse inaciano, a educação escolar tinha seus limites sociais na extensão quantitativa e popular, mesmo dos graus de instrução

mais elementares. Não cabendo aos filhos dos mais pobres, outra formação, senão aquela pelo e para o trabalho. Quanto àqueles destinados a seguir nos estudos, havia uma série de prescrições, sendo que a principal consistia nas determinações relativas ao trabalho docente.

No magistério, o mestre que atenderia aos privilegiados deveria ser um sábio no conhecimento das coisas humanas e divinas, além de digno e honrado. Em face disso, Figueiredo (1722, p. 2) alertava aos pais para “que não empreguem mal o seu dinheiro nem o tempo de seus filhos.” Assim pensando, manifestava uma concepção moderna de infância baseada na singularização da sua educação, na qual o mestre e o seu trabalho adquiriam um novo grau de importância:

[...] os animos dos mininos são como o campo novo, onde o mestre como Agricultor lança as primeyras sementes da doutrina, conforme he a sua sciencia, assim he tambem o fruto, que colhem os meninos; pelo que conhecendo os pays o quanto neste acerto se cifraõ os de seus filhos, devem buscar-lhe para seu ensino mestres virtuosos, sabios, e honrados [...] Haõ de buscar mestres virtuosos, para que suas virtudes, e bom exemplo os edifiquem instruindo-os no verdadeyro principio da sabedoria, que he o temor de Deos. (FIGUEIREDO, 1722, p. 2).

Bem conjugado com o pensamento da ordem da qual fazia parte, Figueiredo manifestava a importância do mestre no domínio da educação religiosa, essa compreendida como agente eficaz para o refreio das más inclinações da natureza humana, vista como no Pentateuco, enquanto volúvel e frágil às tentações mundanas “porque a boa doutrina emenda a má natureza” (FIGUEIREDO, 1722, p. 2). Ainda influenciado pelo pensamento religioso do ocidente medieval, Figueiredo defendia uma postura misógina, quando afirmava que o magistério deveria ser uma tarefa exclusiva do sexo masculino: “He o exercicio de ensinar o mais nobre, e de que se devem só prezar os homens.” (FIGUEIREDO, 1722, p.3). Mas, não qualquer homem, apenas aqueles preparados para essa tarefa, assim, mostrando-se contrário à educação dos meninos que fosse ministrada pelo pai natural.

A concepção de magistério de Manoel de Andrade de Figueiredo continha o pressuposto da especialização do trabalho docente. Por isso, o mestre seria o guia responsável pela formação intelectual, moral, ética e religiosa dos meninos. Com isso, estabelecia a articulação entre o pensamento religioso e a concepção de “perfeito nobre” ou “do perfeito cidadão”, mas também de “perfeito súdito” e de “perfeito crente”. Assim, o professor

devia ser exemplo de correção e de virtude em toda a amplitude da vida privada e social, e (exclusivamente) responsável para proceder tão importante tarefa “porque quem não conhece os próprios erros, mal emendará os alheios” (FIGUEIREDO, 1722, p. 3). Acrescentando a essa postura ética, uma referência claramente escolástica em que articulava o pensamento de Sócrates com as formulações de Santo Agostinho, assim justificava:

[...] comece-se a ensinar a si mesmo, primeyro que ele principie a ensinar a outrem; e depois que ele for bom discípulo de si próprio, ficará apto para ser Mestre de outrem, pois como diz Santo Agostinho: he miseravel aquelle que pymeiro se sogeyta a ensinar do que se sogeytasse a aprender (FIGUEIREDO, 1722, p. 4).

Na relação educativa entre mestre e discípulo, a disciplina era procedimento fundamental para a prodigalidade dos fins. Partindo da máxima de que “Deos aos que ama castiga” (FIGUEIREDO, 1722, p. 5), considerava que a punição era sumamente necessária, mas devia ser ponderada para não parecer desmedida ou imprópria e na qual o mestre ao manifestar tal discernimento, demonstraria sua parcimônia e moderação. Dessa maneira, caberia a ele responsabilizar-se por todos os acertos e erros ocorridos, porventura, na instrução dos meninos, não devendo pais e aios ter quaisquer atribuições nesse mister. Para o pedagogo Manuel de Andrade de Figueiredo, os meios social e cultural não exerciam nenhum tipo de influência que não pudesse ser aplacada e modificada pela ação “saneadora” ética, moral e religiosa do mestre. Por isso, restava à família apenas o custeio da instrução dos filhos, a assunção da responsabilidade pelo pagamento do professor e o provimento dos materiais necessários ao exercício das lições. Quanto ao funcionamento cotidiano da escola, Manuel de Andrade de Figueiredo propunha a prática tradicional dos inicianos, que consistia na utilização de alguns discípulos no controle da realização das tarefas escolares, mas circunscovia essa observação, apenas, para as escolas com maior número de alunos. Nas atividades diárias, o tempo destinado às aulas era de duas horas e trinta minutos, incluindo as lições iniciadas pelo professor com a correção dos exercícios de leitura, obedecendo à seguinte ordem: primeiro, os iniciantes; depois, os decuriões. Essa mesma ordem era seguida para os exercícios de aritmética. Para esse fim, aconselhava aos professores que as atividades fossem aplicadas de acordo com a capacidade de entendimento dos alunos, fator que, quando não observado, prejudicava a permanência dos alunos nas escolas e demonstrava imprudência e imperícia do mestre. Com base nas preocupações expressadas por Figueiredo, notamos que a principal função do professor no

cotidiano escolar era, além de bem ensinar, evitar as fugas e abandonos dos alunos de sua classe. Nessa cartilha, ao se referir conteúdos de ensino, a leitura ainda acontecia separadamente da escrita. E quanto a esse conteúdo, Figueiredo, em primeiro lugar, advertia sobre a importância do controle no manejo da pena, tarefa para a qual prescrevia toda uma orientação postural e disciplinar.

Nessa tarefa, encerrava uma série de comportamentos em uma prática, aparentemente simples, como visto em suas considerações sobre os exercícios caligráficos, na qualidade dos papéis, das tintas e da sua produção, nos adereços, nos canivetes, no bofete e na goma graxa, itens necessários para conseguir uma melhor forma para as letras, demonstrando, pela sua metodologia, as virtudes que o celebrizaram também como calígrafo.

Das pennas. As pennas para serem boas haõ de ter os cannos compridos, grossos (naõ demasiadamente) lizos, brancos, rijos, e delgados na qualidade: o rijo se conhece apertandoa nos dedos, e o delgado em ser transparente; serõ da aza direita por se accommodarem melhor aos dedos; conhecem-se tomandoas na mão em forma de escrever cahir a mayor pluma para o peito, e a menor para fora. (FIGUEIREDO, 1722, p. 31).

A facilitação, o domínio e utilização de um único método por parte dos professores levaram com que Figueiredo advogasse por uma escola cujo ensino fosse mais rápido e metodologicamente moderno. Reiteradamente, a preocupação com a otimização do tempo e dos recursos pecuniários dos pais aparece com veemência na obra didática desse pensador reformista, o que se contrapõe às críticas tradicionalmente feitas aos inacianos, quanto ao desperdício do tempo e à ineficácia do método. Essa constatação fundamenta a tese de que, na Companhia de Jesus, já se imprimia uma educação, segundo procedimentos e modos de ensino modernos, não sendo isso, apenas, uma característica de ordens religiosas como a dos oratorianos e a dos teatinos.

A principal importância da cartilha escrita pelo inaciano Manoel de Andrade de Figueiredo consiste no fato de ter sido uma das obras indicadas na *Memória dos livros aconselháveis e permitidos para o novo método e no Estatuto que hão de observar os mestres das escolas de meninos nesta capitania de S. Paulo* na qualidade de “balizadora do ensino” de leitura, escrita e formação cívica e cristã, por meio da qual se devesse “seguir em tudo aquellas regras que no principio do dito livro se prescrevem para a boa direcção das escollas” (ESTATUTO. QUE HÃO DE OBSERVAR OS MESTRES DAS ESCOLAS DE

MENINOS NESTA CAPITANIA DE S. PAULO *apud* ANDRADE, 1978, p. 156). Logicamente, mesmo com a indicação e o aconselhamento do uso dessa cartilha nas escolas do reino português não se deve deixar de salientar a dificuldade para a aquisição e distribuição dessas obras pedagógicas. Por sinal, algo que foi uma constante em todo o período final da colônia e mesmo durante boa parte do império, pelo menos, até a criação da imprensa régia (1808). Assim, os exemplares da *Nova Escola para ler, escrever e contar* tiveram uma circulação limitada pelas dificuldades concretas da circulação literária no reino, e principalmente, nas suas regiões coloniais, mesmo as mais importantes. Essas dificuldades, por sinal, proporcionaram muitas situações, em que obras desaconselhadas (mas não condenadas) foram toleradas para a utilização nas escolas, dados os problemas concretos de consecução dos meios para o alavancamento do novo sistema de ensino.

Segundo Araújo (1999), a posse da cartilha escrita pelo padre Figueiredo foi citada em um número razoável de testamentos e inventários. Ressalvando-se o número exíguo deste tipo de documentação que porventura informava sobre a presença de livros entre os bens do testado/inventariado. Sabemos que a posse de livros não pode ser diretamente relacionada com a leitura e o atendimento das suas prescrições, mas, por outro lado, não se pode descartar a importância que essa obra pedagógica teve para os propósitos reformistas (especialmente no âmbito metodológico) da peculiar ilustração portuguesa dos setecentos. Outra obra também indicada para uso dos mestres régios de primeiras letras foram os *Apontamentos para a educação de um menino nobre*, de autoria do fidalgo português Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, que fora interinamente capitão-mor das Minas Gerais entre os anos de 1736 e 1737. Deve-se analisar o pensamento de Proença, salvaguardados os limites de um nobre que se posiciona, favoravelmente, por uma educação diferenciada para aqueles que deviam suceder às famílias e constituírem uma nova burocracia, não esquecendo que, mesmo entre os que não foram brindados pela providência divina com uma origem nobre, caberia uma outra educação, destinada a melhor habilitá-los às outras funções, subalternas, mas também necessárias ao Estado. Posto isso, considerava que a educação até então ministrada aos filhos da nobreza pecava por uma série de fatores, que começavam, desde a mais tenra idade no ambiente familiar, onde primava o luxo, o regalo, a falta de controle sobre as más inclinações e a falta de critério na aplicação dos castigos, culpa de uma educação doméstica que oscilava entre o rigor desmedido e o descaso completo.

Para Proença, a educação do menino nobre deveria ser iniciada em casa e nos primeiros anos de vida. Iniciando com a formação física e com outros cuidados relativos à

alimentação, especialmente, em um severo controle de tudo aquilo que pudesse ser considerado regalo. Por isso, utilizava-se do discurso médico, (baseado em Lok), para afirmar que o menino nobre devesse ser tratado sem melindres, assim como os filhos dos lavradores, fator que conferia a esses, robustez. Por isso, propunham que a criança, após o período de amamentação, tivesse uma alimentação “ordinária, simples e de fácil digestão, fugindo de tudo o que capaz de accender os espíritos” (PROENÇA, 1734, p. 8), devendo ser evitados, nos primeiros anos de vida, o consumo de carne, as comidas muito condimentadas, indicando o uso dos laticínios, verduras e hortaliças, sempre reftreando qualquer indício de gula. Ainda no âmbito da educação doméstica, considerava entre os erros mais comuns na educação dos meninos, a suposição de que uma criança de dois ou três anos não devesse ser ensinada, considerando ser altamente prejudicial à falta de educação desde tenra idade, o descaso para com os primogênitos, e a intensa cobrança conteudística para crianças em idade tão pueril, afirmando que “sómente se abandonassem os primeiros annos da infancia à natureza, e não se lhe ensinasse não só com exemplos, mas ainda com conselhos”. (PROENÇA, 1734, p. 22). Com isso, manifestando uma educação baseada na inculcação de valores virtuosos como os fundamentos dessa primeira educação e que caberia evitar as lisonjas e cuidados excessivos que pudessem se tornar, mais tarde, posturas de tirania e soberba.

Desse modo, a educação doméstica seria importante para o aprendizado do conjunto de valores e comportamentos que balizariam a vida do menino nobre, nessa faixa etária, com uma menor preocupação com o ensino formal. Importa, também, a noção da educação doméstica como primeiro suporte para a constituição da razão no menino, considerada como um processo iniciado desde os primeiros anos de vida, isso em muito se aproximando da concepção de uma “tábula rasa”, necessitando ser “burilada” a partir das próprias características investigativas, típicas dos seres humanos. No caso desse menino nobre, a prática das constantes perguntas - característica pueril - encerra uma preocupação com as respostas que seriam dadas pelos pais e aios, no que Proença aconselhava se buscasse sempre à utilização de comparações simples, respeitando a capacidade de compreensão da criança, logicamente, em acordo com a sua idade, e afirmava peremptoriamente: “Basta nesta idade seguir, e ajudar os passos com que a natureza vay descobrindo as luzes da razão.” (PROENÇA, 1734, p. 33). Para PROENÇA (1734, p.145 grifo nosso), O verdadeiro modo de ensinar aos meninos, he fomentalhe a natural curiosidade de aprender, e inspirarlhe amor, e enclinação ao que lhes ensina e a quem os ensine.

Nessas considerações sobre a curiosidade infantil, enquanto ponto de partida da inculcação de valores sólidos para a educação formal, destaca-se a preocupação com os outros componentes do meio doméstico, que, além dos pais e dos aios, mantivessem contato, pretendendo, com isso, criar um ambiente “controlado” e ideal que não transgredisse os objetivos propostos para a educação desse pequeno nobre, algo que não seria possível para os segmentos mais pobres da sociedade. Ainda no que tange a essa preocupação, destaca-se uma assertiva de conteúdo social que aconselhava evitar que as crianças não tivessem contato com os lacaios “assim ignorariaõ os termos grosseiros, injuriosos e pouco honestos com que semelhante gente se costuma tratar” (PROENÇA, 1734, p. 132-3). Esse aspecto nos pareceu antagônico, pois, em vários trechos da mesma obra, o autor manifestava-se por um bom tratamento a ser dispensado aos criados, inclusive advertindo aos pais que não os destratassem, principalmente na presença dos filhos. Nesse caso, dado o caráter notavelmente contraditório, inferimos que a preocupação no trato dos lacaios, talvez tivesse uma preocupação exclusivamente lingüística.

Essa preocupação com o ambiente familiar, com os sujeitos direta e indiretamente envolvidos na educação doméstica, revertia-se de claro sentido quando consideramos o propósito formativo de Proença destinado a um menino que, enquanto nobre, devia ser exemplo de comedimento, abnegação e controle das paixões, características que o diferenciaria dos demais. Desse modo, podemos considerar a importância da formação desse nobre a partir de um “novo” *codex* cortesão, caracterizado por uma identidade entre os seus pares supranacionais, aqueles com que, no futuro, seriam tratados os destinos das nações Darnton (2005) e Elias (1994). Essa educação que, segundo o autor, deveria produzir ou formar costumes, possibilita que indagemos com base em Thompson (2005), que se a educação formal funcionou no século XVIII, como uma forma de cercear os costumes das classes mais pobres e condenados pela burguesia interessada em disciplinar pelo trabalho, assim a educação deveria criar novos costumes, adaptados aos novos interesses do Estado e das camadas dirigentes. Na condição portuguesa em questão, nota-se a busca pela defesa da formação de novos costumes a partir de uma educação destinada à elite tradicional nesse momento crucial em face das mudanças que se processavam em toda a sociedade européia. Essa educação, mesmo que ainda não efetivamente controlada pelo Estado, já demonstrava, nas iniciativas particulares como a de Proença, a necessidade de se formarem novos indivíduos, fossem eles “patrícios” ou “plebeus”. A imensa dificuldade em se encontrar indivíduos com qualificações formais necessárias, ao que parece, fora da Companhia de Jesus, e disposta a colocar em prática outra concepção metodológica,

permitiu que Proença elaborasse um discurso favorável por uma formação básica para o professor. Assim, defendia que, para o seu trabalho cotidiano, o professor dispusesse de livros (algo muito difícil e cerceado no Portugal setecentista) e curiosidade, aspecto que soava no ideário do autor como o ponto de partida para todas as descobertas e para a produção do conhecimento, tanto nos mestres como em seus discípulos. Se, por outro lado, fosse encontrado um indivíduo comprovadamente apto para prontamente assumir suas obrigações no magistério afirmava seguramente que desse “por bem empregada toda a despesa que com elle fizer, e darlhe sallario competente, que faça gosto continuar a sua occupaçaõ” (PROENÇA, 1734, p. 188). No trabalho cotidiano do professor, haveria que se destacar a obediência às peculiaridades das idades e capacidades de entendimento dos seus alunos, por isso, Proença criticava veementemente o ensino dos inicianos, especialmente nos conteúdos relativos à gramática, por ele considerado muito rigoroso e que por isso afastava “a mayor parte dos moços Nobres, e lhes faz aborrecer os livros” (PROENÇA, 1734, p. xii), aspecto que reitera uma preocupação metodológica que foi a tônica do pensamento de Proença, visando a demonstrar o caráter inapropriado da educação portuguesa em face das novas necessidades que urgiam. Em linhas gerais, o pensamento de Proença expresso nos seus Apontamentos sobre a educação de um menino nobre, visa a apresentar os pressupostos reformistas educacionais que anteriores à promulgação do conjunto legal reformista-educacional pombalino, tiveram sobre ele efetiva influência. Especialmente no que se refere à formação de uma elite que deveria dirigir os negócios do Estado. Mas quanto à cotidianidade das difíceis condições das aulas régias de primeiras letras? Podemos notar que os aspectos metodológicos que nortearam a produção dessa obra seriam os mesmos para serem utilizados para as crianças pobres, apenas os limites de continuidade nos estudos e mesmo os destinos que se pretendia para elas era outro, aspecto que justificava a constância com que essa obra apareceu nas indicações oficiais para uso nas aulas de primeiras letras, e mesmo nos bens deixados por professores e intelectuais luso-brasileiros de finais do século XVIII e início do século XIX.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Os caminhos dos livros. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

ANDRADE, Antonio Alberto Banha de. A Reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

ARAÚJO, Jorge de Souza. Perfil do leitor colonial. Ilhéus, BA: Editora da UESC, 1999.

BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o século das Luzes. In FREITAS, Marcos. Cezar. & KUHLMANN Moisés. (Orgs.) Os intelectuais na história da infância. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Rômulo de. História do ensino em Portugal. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DARNTON, Robert. Os dentes falsos de George Washington. Um guia não convencional para o século XVIII. Companhia das Letras, 2005.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994.

FERNANDES, Rogério. Os caminhos do ABC: sociedade portuguesa e o ensino de primeiras letras. Porto, PT: Porto Editora, 1994.

FERREIRA, Antonio. Gomes. A infância no discurso dos intelectuais portugueses do Antigo Regime. In: FREITAS, M. C. & KUHLMANN M. (Orgs.) Os intelectuais na História da Infância. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Rubens Borba de. Livros e bibliotecas no Brasil colonial. Rio de Janeiro: LTC, 1979.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello (Org.). História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. v. 1.